



Fórum dos Secretários de Finanças da Região Metropolitana

XVI Reunião Ordinária do FÓRUM DE FINANÇAS

- 06 de outubro de 2017 -

Desafios para as Finanças Municipais Frente ao Cenário Atual

Jurandir Gurgel

Secretário Municipal das Finanças de Fortaleza
Presidente da Associação Brasileira de
Secretários de Finanças das Capitais-ABRASF



MENSAGEM FINAL

Penso que, num ambiente de tantas crises, este não seja o momento adequado para discutir propostas de reformas tão relevantes e estruturantes para nosso país, notadamente a Reforma Tributária. Não somos contrários a Reforma Tributária, entendemos a necessidade de aperfeiçoamento do nosso sistema tributário e da modernização da administração tributária, entretanto, pela sua especificidade, complexidade e o impacto sobre o federalismo brasileiro e no cidadão-contribuinte, ela exige um debate mais profundo e refundado sem o açodamento do argumento impreciso e preponderante de fazer o Brasil voltar a crescer.



POVO CULTURA TERRITÓRIO NAÇÃO GOVERNO ESTADO-NAÇÃO



ELEMENTOS CONSTITUIDORES

BRASILEIRO

Organização Política

PRINCÍPIOS MATERIAIS ESTRUTURANTES da organização política brasileira:

- Princípio Republicano (Forma de Governo),
- Princípio Federativo (Forma de Estado),
- Princípio do Estado Democrático de Direito (Regime de Governo) e
- Princípio da **Indissolubilidade do Pacto Federativo.**



“Com a instituição do **PAPEL DO SETOR PÚBLICO** nasce, também, de forma concomitante a **ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO**, um conjunto de atos voltados para a **OBTENÇÃO, GESTÃO E APLICAÇÃO** de recursos financeiros nos fins perseguidos pelo **Poder Público**”



Atividade Governamental vis à vis Atividade Financeira

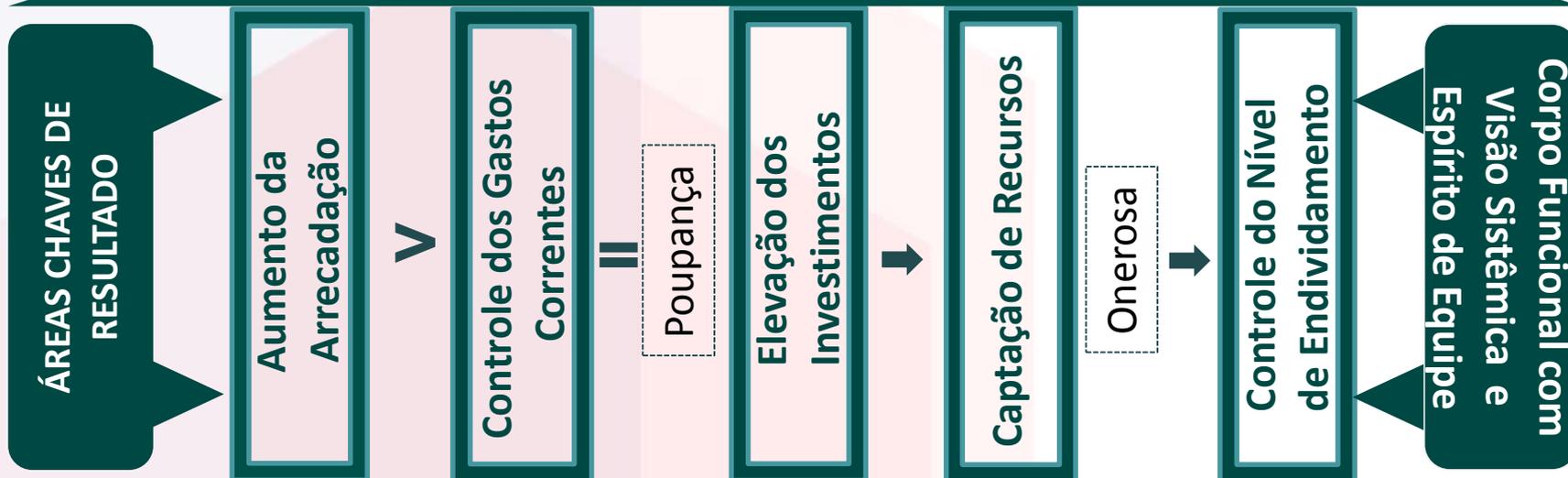


Abordagem Sistêmica Institucional da Atividade Financeira do Município



Gestão Fiscal Eficiente

Visão Estratégica



Receita: Visa à melhoria da arrecadação municipal – sem aumento de impostos a partir da implementação de medidas que tornem mais eficazes a cobrança de tributos municipais

Despesa: Visa à otimização dos gastos municipais – sem redução dos serviços ou prejuízo à qualidade do que é ofertado de forma a ampliar a capacidade de investimento do município

Endividamento Público: Visa à otimização da captação de recursos – sem comprometer a capacidade de pagamento e endividamento, tendo a dívida pública como fator de alavancagem do investimento público para o desenvolvimento sustentável.

LRF Art. 11:

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

“Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação”.



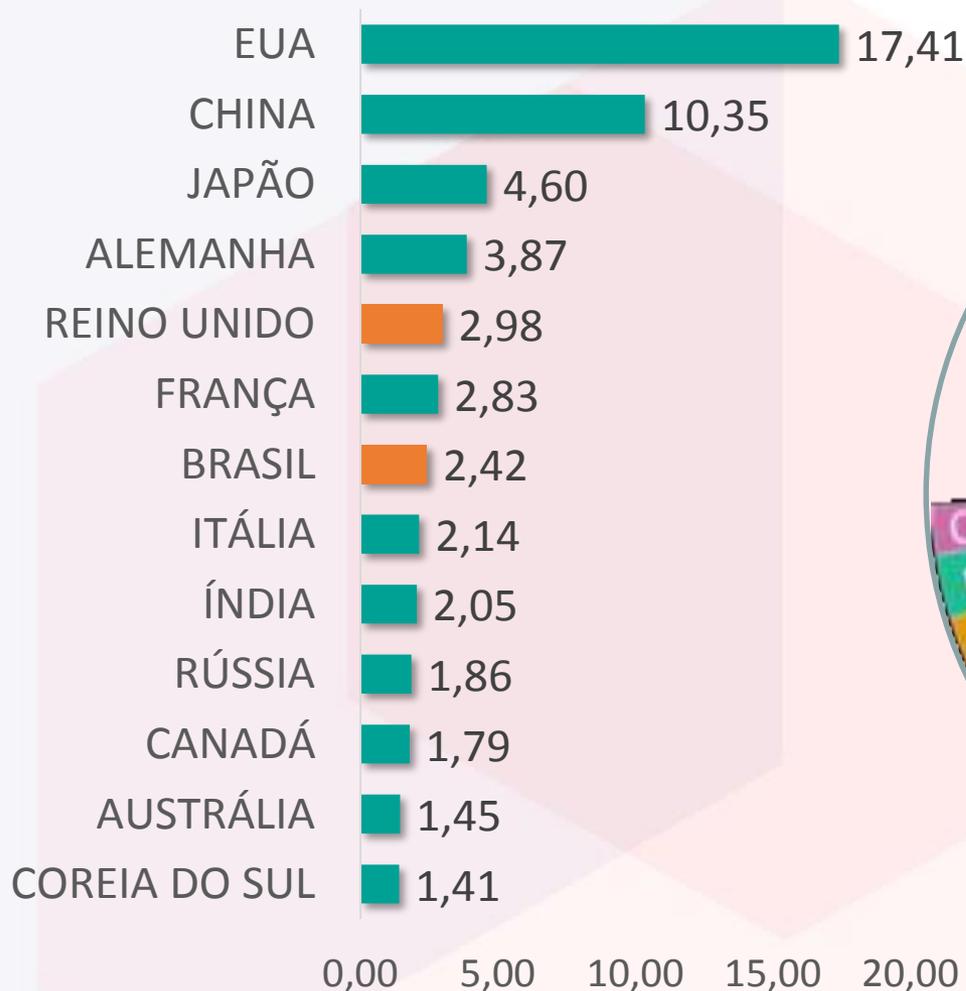
Uma reflexão sobre o nosso Sistema Tributário



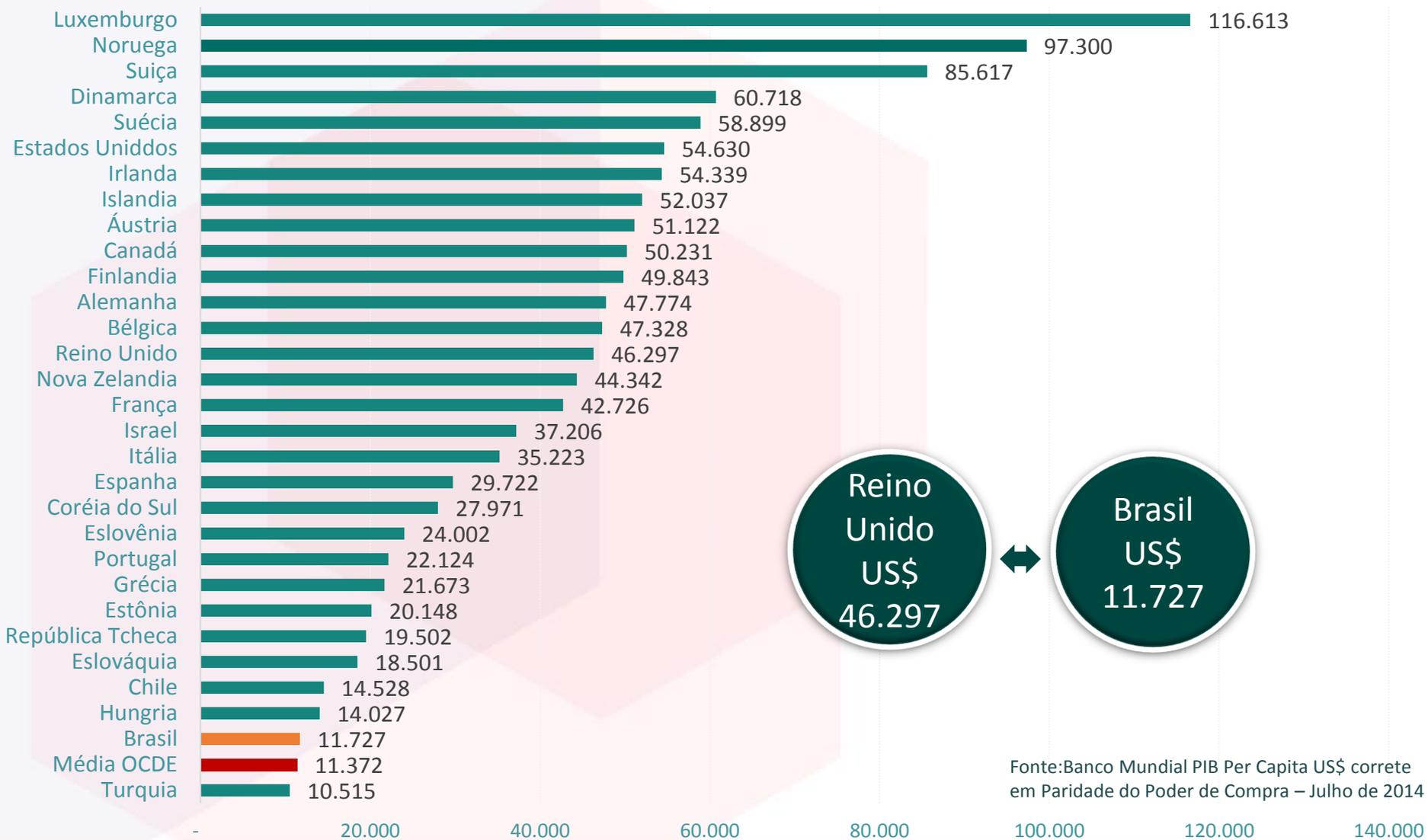
A Carga Tributária Brasileira é elevada: Mito ou Verdade?



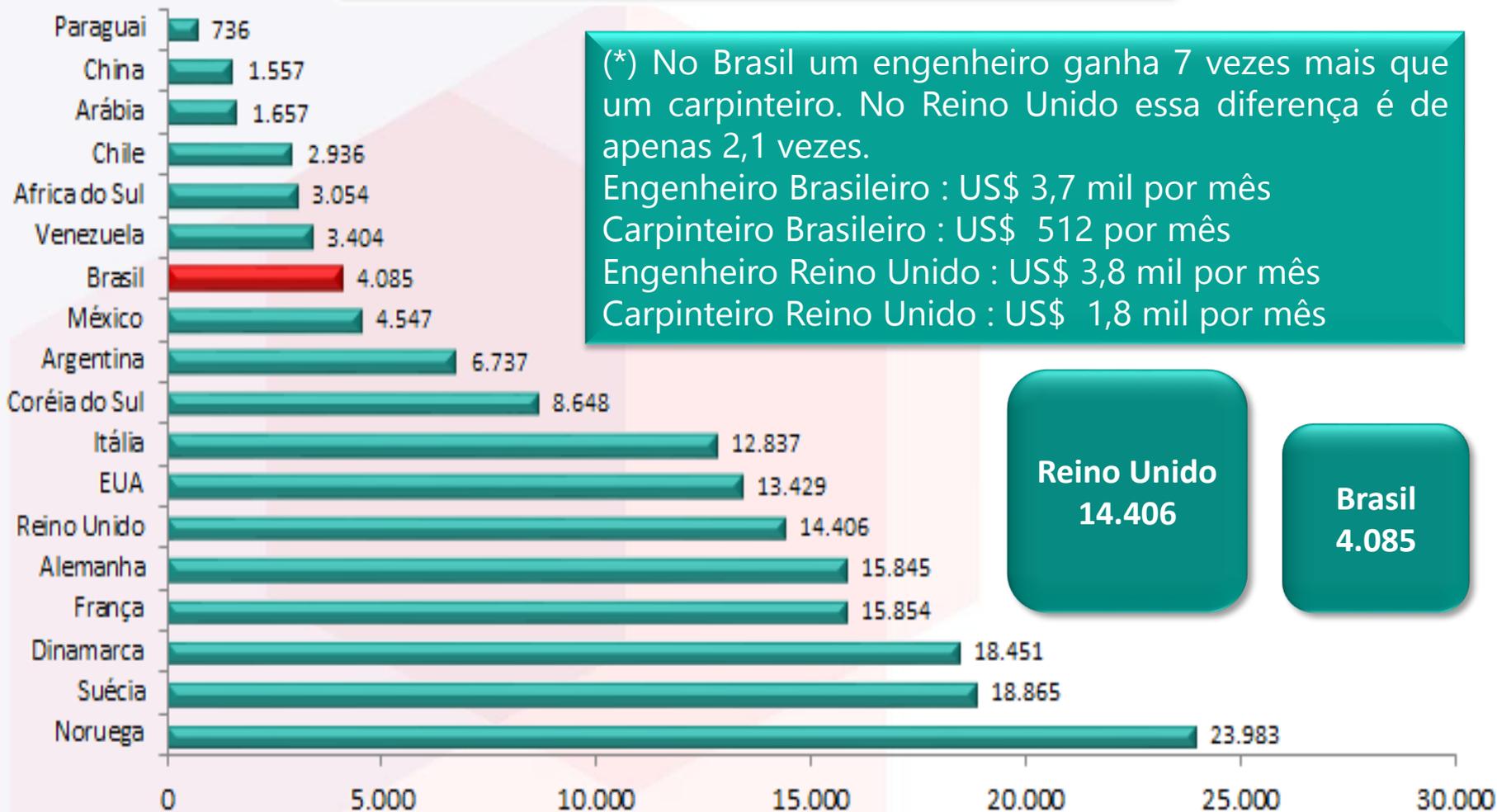
PIB EM TRILHÕES DE DÓLARES (PPC) - 2014



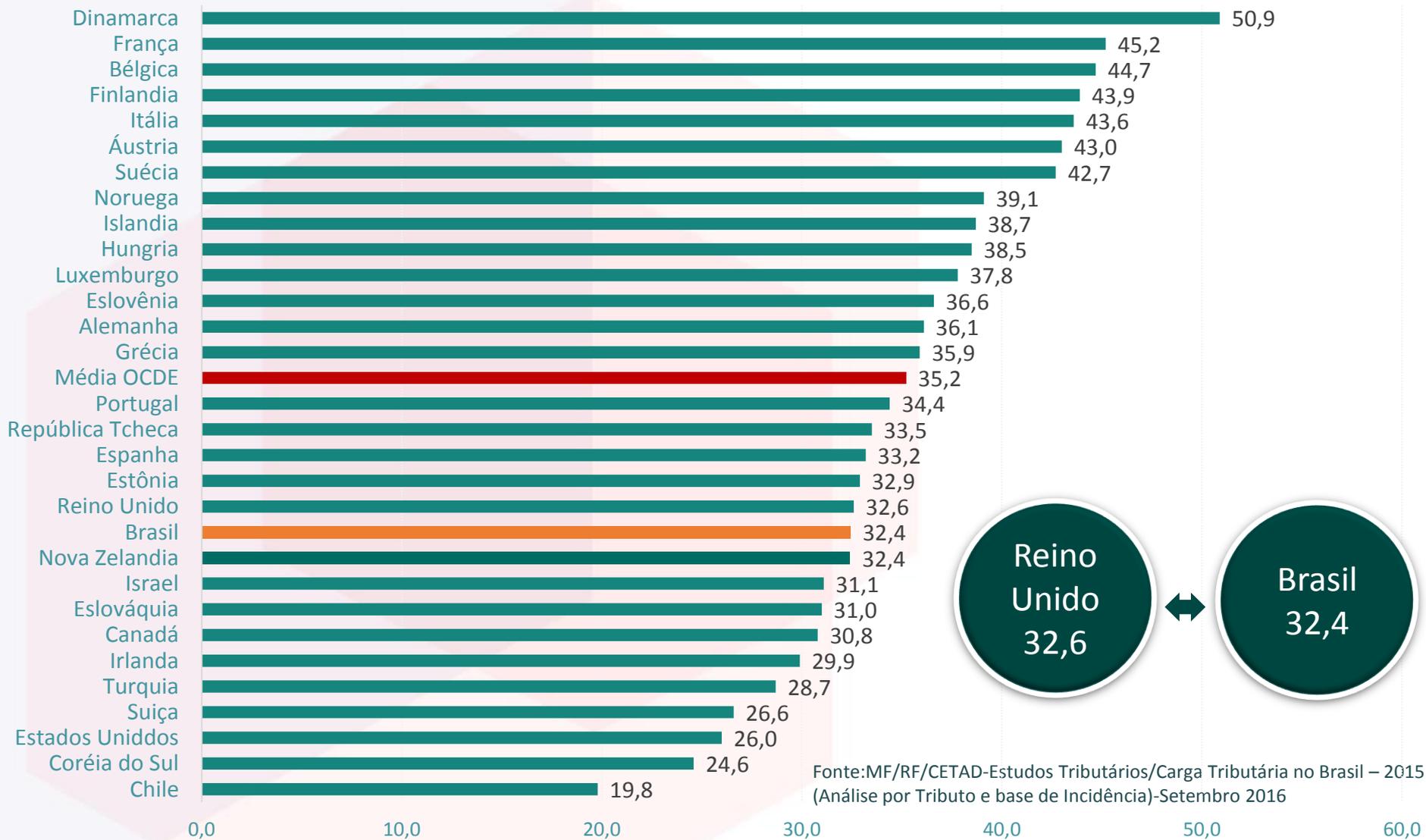
PIB Per Capita em US\$ Corrente (PPC) do Brasil e Países da OCDE(2014)



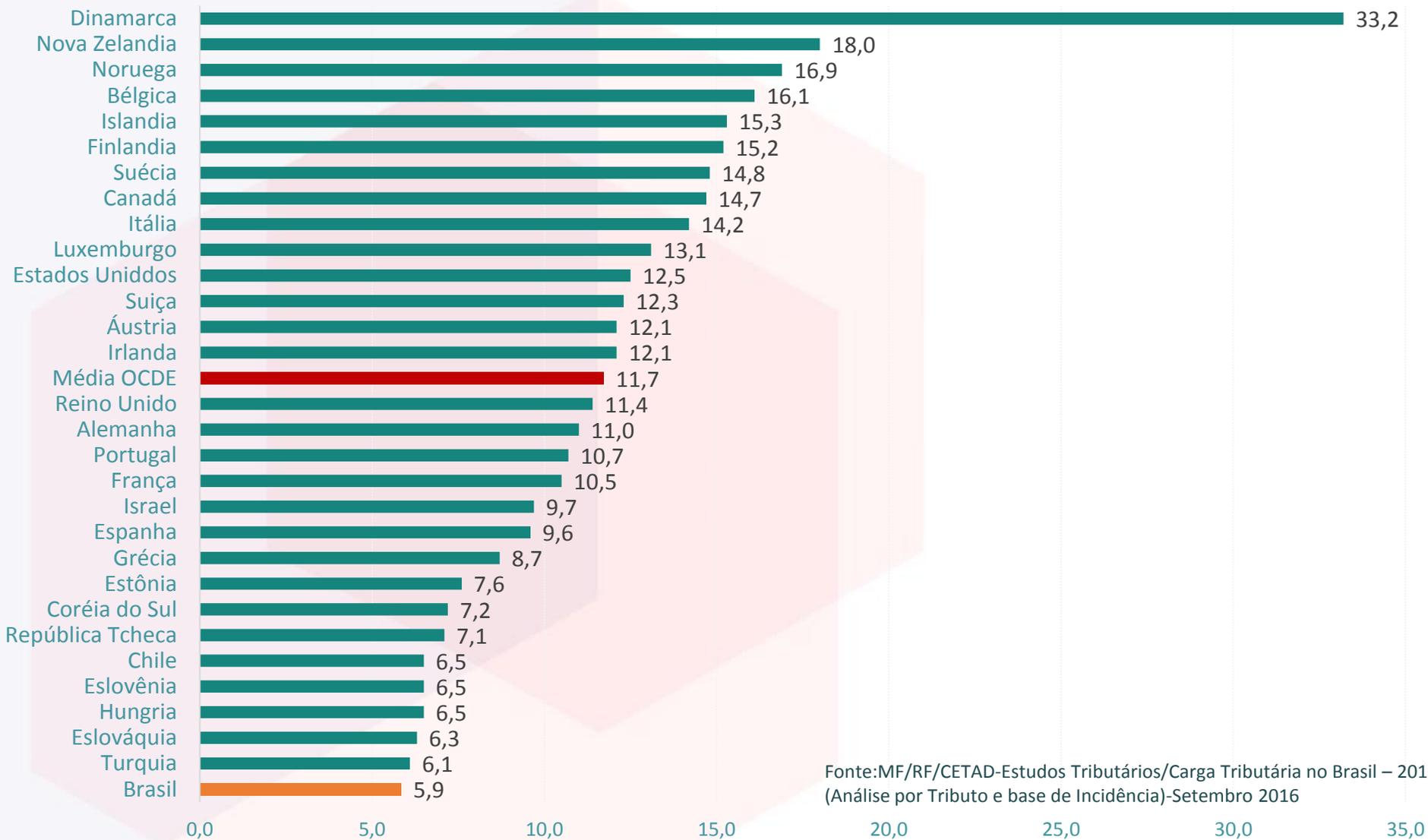
ARRECADAÇÃO P/ HABITANTE POR ANO (em US\$)



Carga Tributária do Brasil e Países da OCDE(2014)

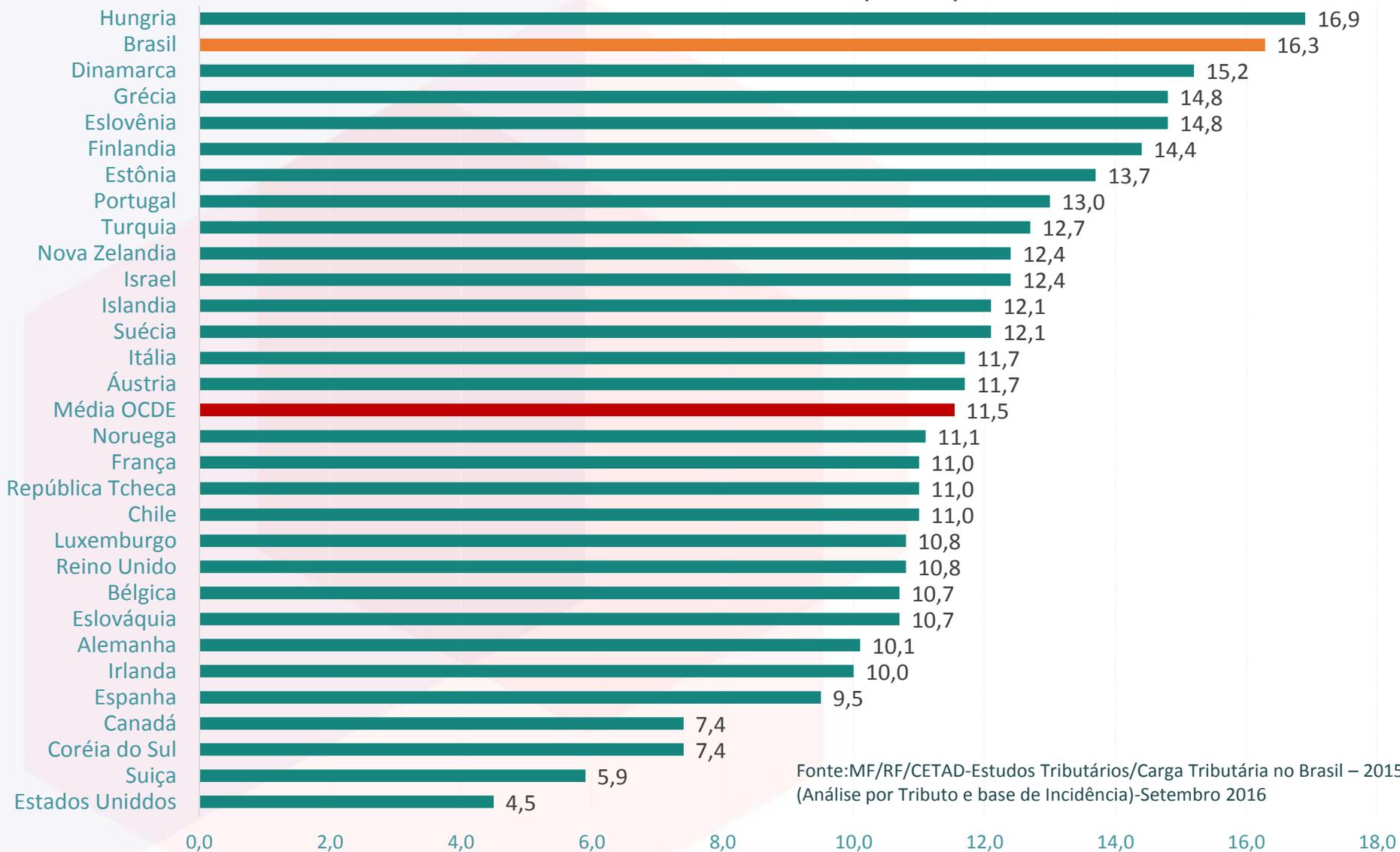


Carga Tributária sobre a Renda e Ganho de Capital Brasil e Países da OCDE(2014)



Fonte:MF/RF/CETAD-Estudos Tributários/Carga Tributária no Brasil – 2015
(Análise por Tributo e base de Incidência)-Setembro 2016

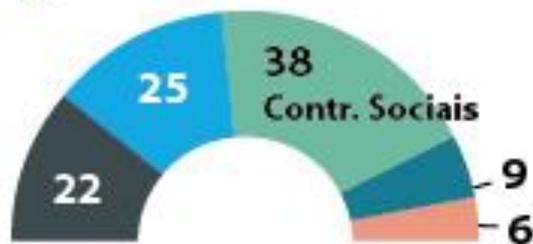
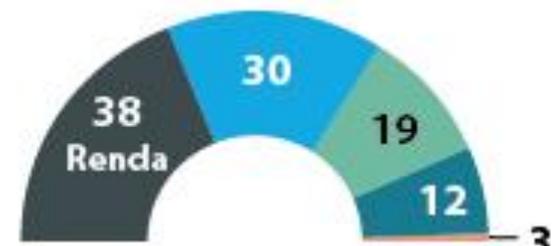
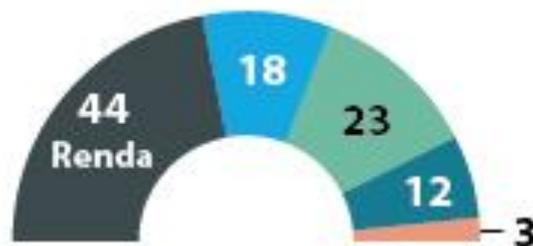
Carga Tributária sobre a Bens e Serviços Brasil e Países da OCDE(2014)



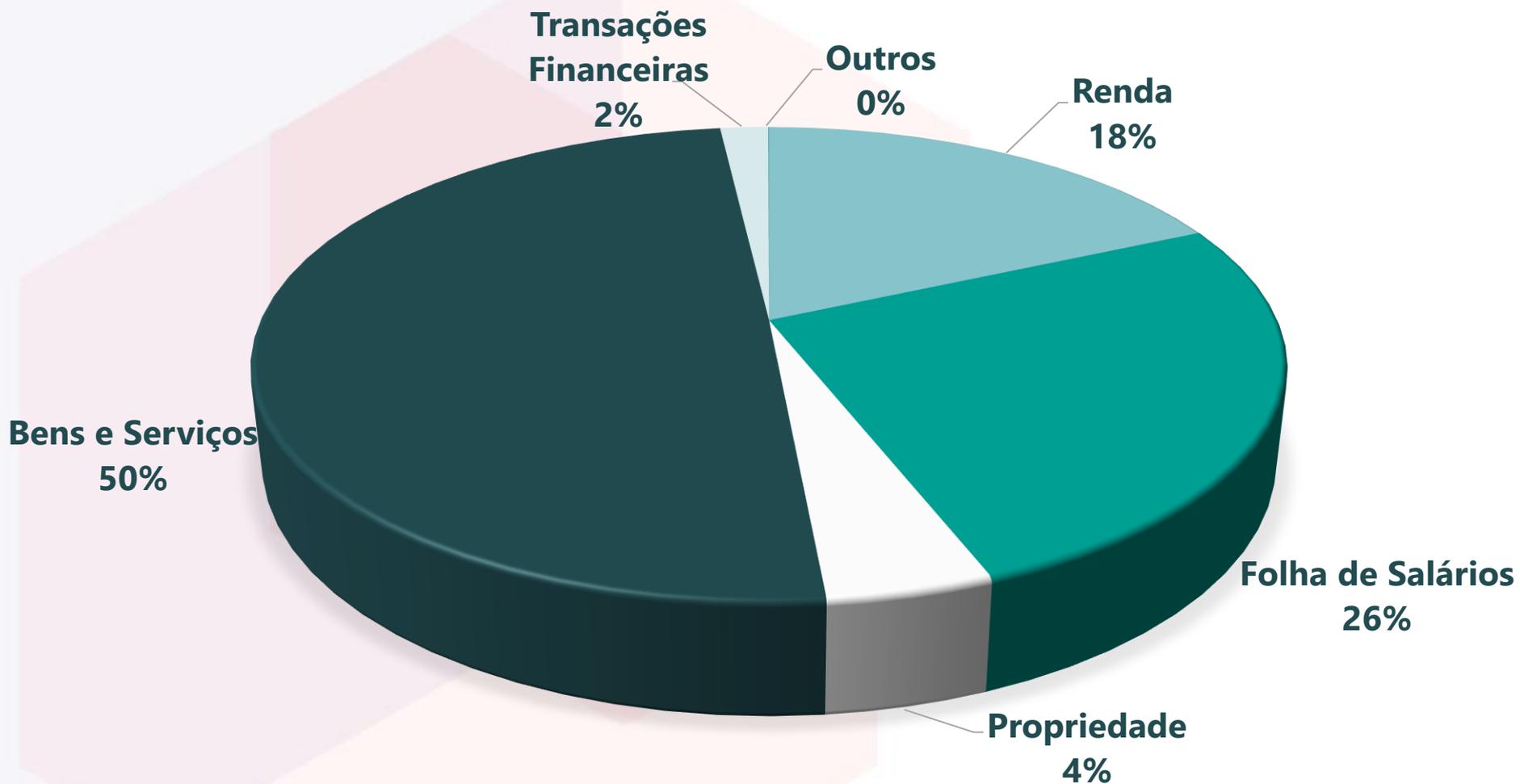
Fonte:MF/RF/CETAD-Estudos Tributários/Carga Tributária no Brasil – 2015
(Análise por Tributo e base de Incidência)-Setembro 2016

COMPOSIÇÃO DA ARRECADAÇÃO (Em %)

Renda
 Consumo
 Contribuições sociais
 Propriedade
 Outros

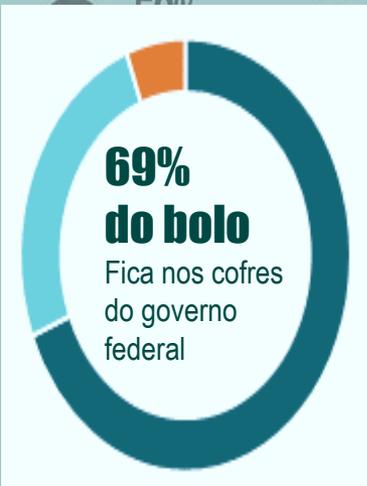


Incidência Tributária no Brasil Carga Tributária por Base de Incidência-2015



R\$ 1,7 trilhão
é quanto o Brasil arrecada em impostos por ano*

*Número de 2013



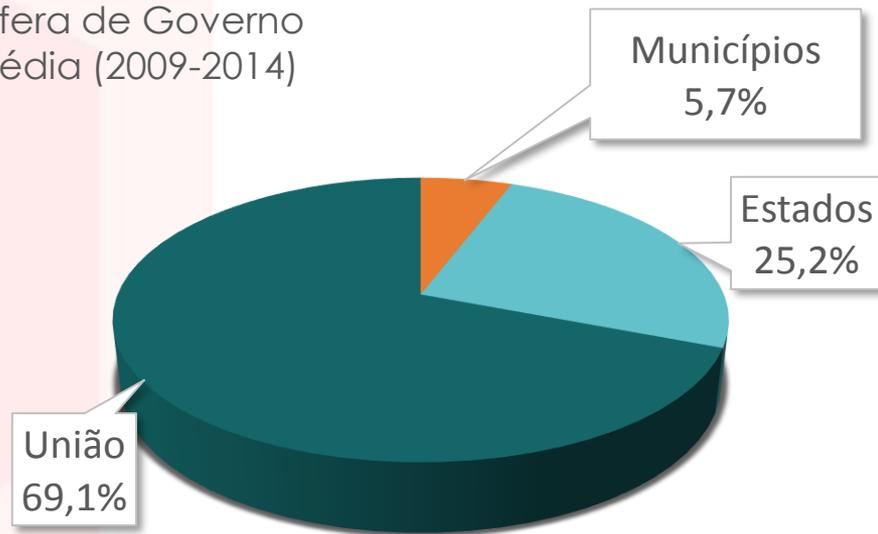
Fontes: Frente Nacional de Prefeitos e professor Valeriano Costa, da Unicamp

No Canadá
Federação mais descentralizada
Só 40% Do bolo
Fica nos cofres governo federal

Carga Tributária por Ente Federativo - 2015

Entidade Federativa	R\$ milhões	% do PIB	% da Arrecad.
União	1.316.190,50	22,29%	68,26%
Estados	489.103,22	8,28%	25,37%
Municípios	122.889,13	2,08%	6,37%
Receita Tributária Total	1.928.182,85	32,66%	100,00%

Carga Tributária por Esfera de Governo Média (2009-2014)



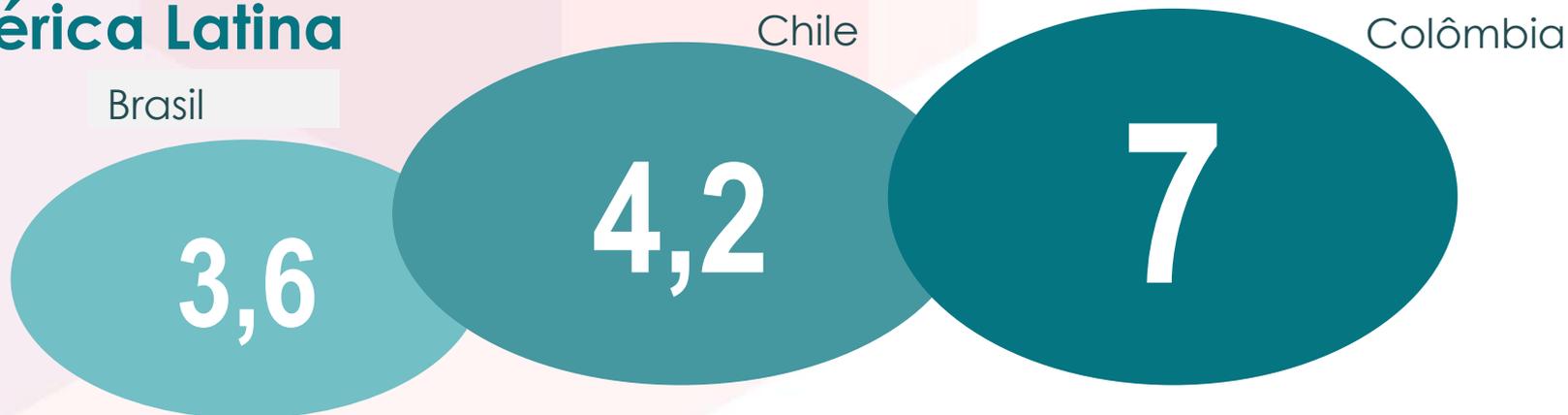
Quanto que o Sistema Tributário Nacional cumpre com suas finalidades

- Finalidade Originária: O financiamento Sustentável do Estado;
- Finalidade Política: A relação Governante-Governado (Cidadão-Contribuinte);
- Finalidade Econômica: As Funções Alocativa e Estabilizadora;
- Finalidade Social: A Função Redistributiva.

Europa



América Latina



O sistema tributário brasileiro foi alicerçado em meados dos anos 60 e voltado para a noção de que a indústria lideraria o crescimento da economia. Em recente pesquisa revela que os setores de maior incidência tributária sobre a receita são:



19,1%

IND. TRANSFORMAÇÃO



SERVIÇOS PÚBLICOS

19,1%



ATIVIDADE DE COMÉRCIO

10%



22,5%

IND. EXTRATIVISTA



ATIVIDADE FINANCEIRA

11,1%



AGROPECUÁRIA

3,4%

Repensar o Modelo:

- Redistribuir o ônus de financiar o Estado pelos setores da economia brasileira;
- Brasil é cada vez mais uma economia de serviços;
- Agropecuária vem se revelando o setor econômico mais forte e com maior aumento da produtividade ao longo das últimas décadas.

Rubrica	Participação %	
	2011	2016
Arrecadação Total	100,0%	100,0%
Agropecuária	0,3%	0,3%
Indústrias	39,9%	31,6%
Ext. Mineral	3,0%	0,9%
Transformação	29,4%	23,9%
Eletricidade e Outros	4,3%	4,3%
Construção	3,2%	2,5%
Serviços	59,8%	68,1%

Fonte: RFB. Elaboração: IBRE/FGV

Uma reflexão sobre a Administração Tributária



A Questão do padrão de financiamento do setor público não pode ficar na simplória conclusão de que a carga tributária é alta, **é indagar sobre Estado que temos, do Estado que queremos e o Estado que podemos ter.**

Os recursos requeridos pela gestão pública são concedidos com relutância em uma sociedade que privilegia o consumo privado mais do que a consecução de objetivos coletivos.

1



Quanto mais houver transparência e confiança do cidadão contribuinte, mais propensos ficam a financiar o Estado, uma vez que acreditam que assim estarão financiando uma condição de vida melhor para si mesmos.

4



Para os gestores públicos não basta afirmar que geram resultados e que têm valor; precisam mostrar que os resultados conseguidos superam o custo de oportunidade do cidadão por abrir mão de seu consumo que poderia se realizar com o dinheiro pago em impostos.

2



Os cidadãos não se sentem impelidos e entusiasmados em pagar tributos. Não há consciência cidadã de que estes são necessários para atender o financiamento das necessidades sociais.

3



DIREITO, ESTADO
E SOCIEDADE

CÁLCULO DO IRBES

(Índice de Retorno de Bem Estar à sociedade)



IBPT
INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO E TRIBUTAÇÃO

MENU

G1

ECONOMIA

01/06/2015 12h04 - Atualizado em 01/06/2015 12h54

Pelo 5º ano, Brasil é último em ranking sobre retorno dos impostos

Austrália, Coreia do Sul e EUA lideram ranking do IBPT. Pesquisa avaliou as 30 nações com as maiores cargas tributárias.

Do G1, em São Paulo



O Brasil segue na última colocação no ranking que mede o retorno oferecido em termos de serviços públicos de qualidade à população em relação ao que o contribuinte paga em impostos. Segundo o estudo divulgado nesta segunda-feira (1) pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (BPT), o país ficou pela 5ª vez seguida na "lanterninha" da lista.

O estudo avaliou os 30 países com as maiores cargas de tributos. O ranking leva em consideração a arrecadação de tributos do país em todas as suas esferas (federal, estadual e municipal) em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) de 2013 e o **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** da Organização das Nações Unidas (ONU), que mede a qualidade de vida e bem-estar da população.

ÚLTIMO COLOCADO EM RETORNO DE TRIBUTOS

Ranking dos países que melhor aplicam os tributos em melhoria de vida de suas populações



O QUE É IRBES

É o índice de retorno de bem-estar à sociedade



COMO É FEITO

Calculado com base na carga tributária em relação ao PIB e no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)

2012	2013		Índice de retorno	Carga tributária sobre o PIB em 2013	IDH
2º	1º	Austrália	162,9	27,30%	0,933
3º	2º	Coreia do Sul	162,8	24,30%	0,891
1º	3º	EUA	162,3	26,40%	0,914
5º	4º	Suíça	161,8	27,10%	0,917
4º	5º	Irlanda	158,9	28,30%	0,899
6º	6º	Japão	156,7	29,50%	0,890
7º	7º	Canadá	156,5	30,60%	0,902
8º	8º	Nova Zelândia	155,4	32,10%	0,910
10º	9º	Israel	155,4	30,50%	0,888
17º	10º	Reino Unido	153,0	32,90%	0,892
30º	30º	Brasil	137,9	35,04%	0,74

Fonte: IBPT/Cálculo do IRBES – Edição maio 2015

Resultados

13

Serviços Avaliados

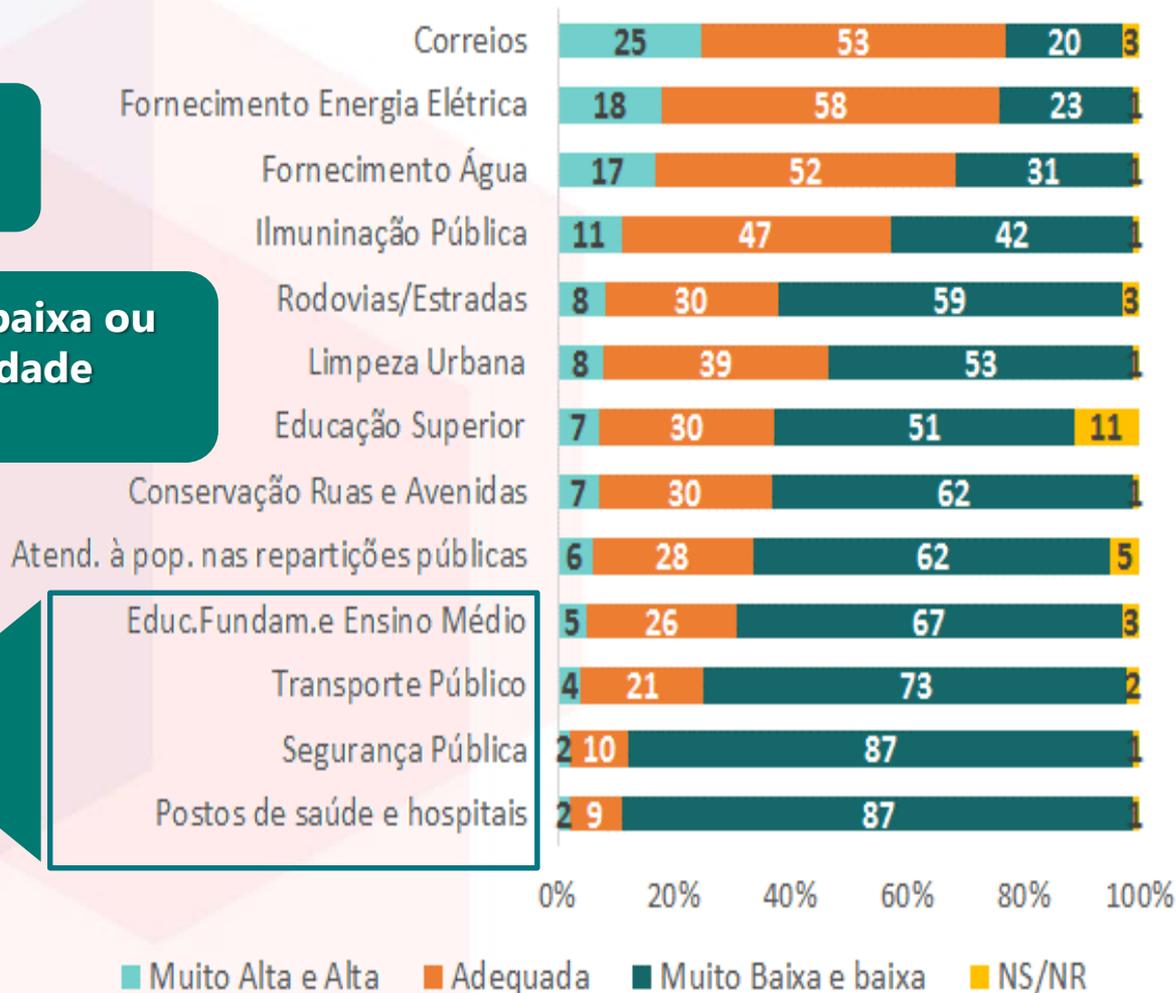
9

Considerados de baixa ou Muito baixa qualidade pela população.

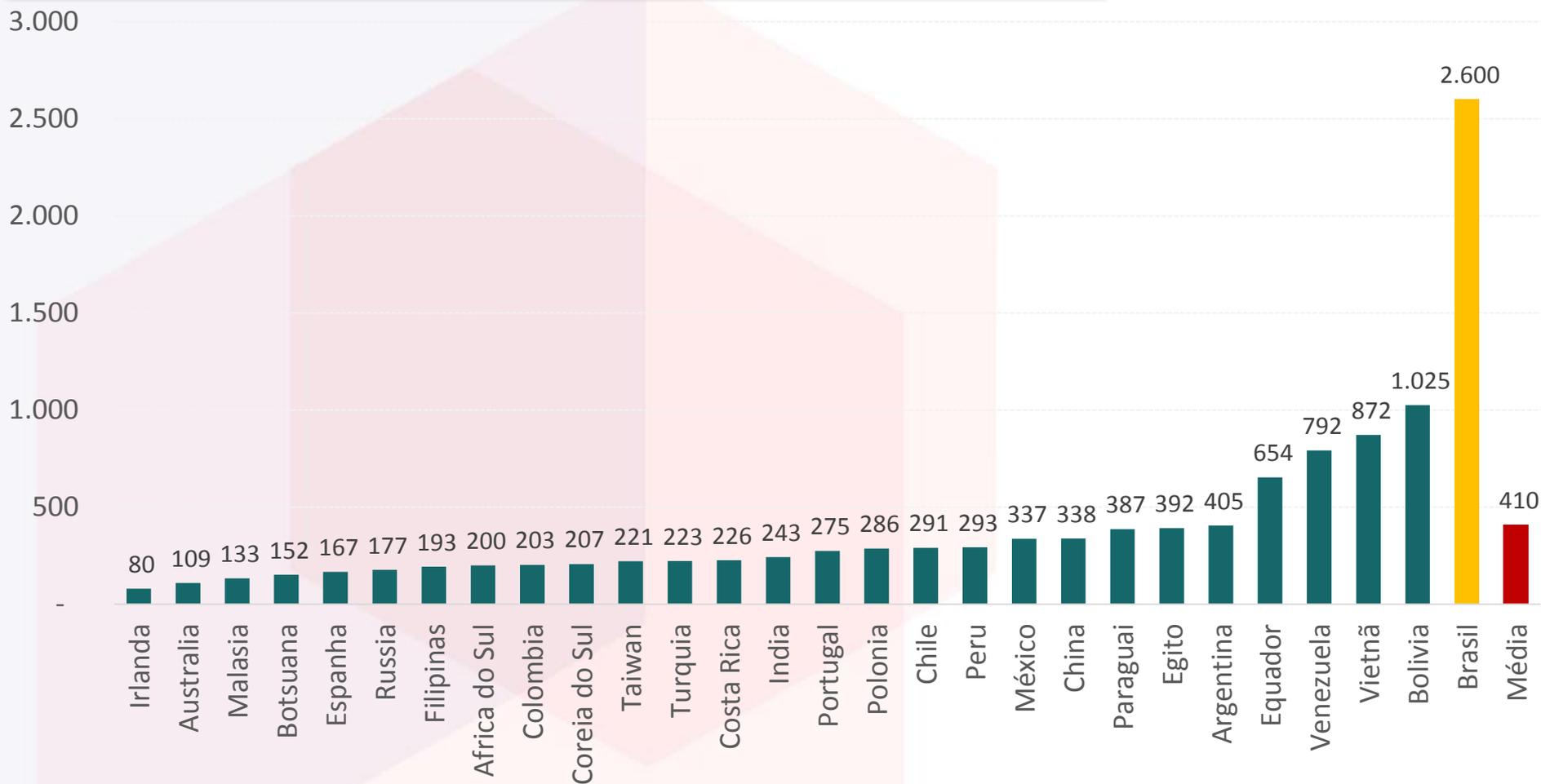
4

Piores

Qualidade no Serviço Público (%)



Tempo requerido para cumprir obrigações tributárias relativas a três importantes tributos em países selecionados: 2012 (horas por ano)



Fonte: Banco Mundial – Doing Business <http://www.doingbusiness.org/data>.

Elaboração do autor: Marcos Mendes, por que o Brasil cresce pouco, p.34

A razão fundamental pela qual os indivíduos **cumprem suas obrigações tributárias**, seria via o aumento da **eficiência do aparelho coercitivo**, uma vez que o cidadão pagaria suas obrigações tributárias só e somente só **com base no binômio detecção e punição**.

Paradigma do Serviço



Um novo para Administração Tributária

“Não existe dinheiro público, mas sim dinheiro dos pagadores de impostos e das famílias”



Sob essa nova ótica contemporânea, as **administrações tributárias modernas e mais eficientes tendem cada vez mais a pautar suas ações na transparência e confiança com os contribuintes**.

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EFICIENTE: RECONSTRUÇÃO E FORTALECIMENTO DO CONTRATO SOCIAL

A melhor maneira de fortalecer o contrato social entre cidadão e Estado é através da transparência da alocação dos recursos obtidos com arrecadação tributária, bem como com a melhora das condições de vida das parcelas da população “visíveis” e “invisíveis”. A melhora ocorreria uma vez que os cidadãos passam a perceber a melhoria no emprego do dinheiro público.



O Contexto Macroeconômico e o Impacto sobre as Finanças Municipais



Economia Mundial e os impacto no Brasil

“A Crise Financeira que iniciara nos Estados Unidos em 2008 e a consequente Crise da Dívida na Zona do Euro a partir de 2009 ainda trariam reflexos à economia mundial nos anos subsequentes. Concomitantemente, o período 2013-2016 ainda seria permeado de acontecimentos no cenário sócio-político cujos transbordamentos para a gestão do setor público seriam inevitáveis.”

(Prof. Andrei Simonassi)

Evolução do PIB

Taxa de Variação Real do PIB (1920-2017)

